

Curitiba, 02 de dezembro de 2022.

Para nossas partes interessadas,

Tenho o prazer de declarar que a Rumo S.A. reafirma seu apoio aos Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção.

Em nossa segunda comunicação de Progresso Anual, descrevemos nossas ações para integrar o Pacto Global e seus princípios em nossa estratégia de negócios, cultura e operações diárias. Nós também nos comprometemos a compartilhar essas informações com nossos stakeholders, usando nossos principais canais de comunicação, buscando avançar nos compromissos com a agenda e aprimorando nossas performance continuamente.

Com meus melhores cumprimentos,

Sr. João Alberto Fernandez de Abreu

Presidente da Rumo S.A.

Comunicação de Progresso (COP) 2022

Princípios de Direitos Humanos

Princípio 1: As empresas devem dar apoio e respeitar a proteção aos direitos humanos proclamados internacionalmente; e

Princípio 2: certificarem-se de que não sejam cúmplices de abusos dos direitos humanos.

Avaliação, Política e Metas

A descrição da relevância dos direitos humanos para a empresa (isto é, avaliação de riscos dos direitos humanos).

Descrição de políticas, compromissos públicos e metas da empresa acerca de Direitos Humanos.

A Rumo reconhece a importância da proteção aos Direitos Humanos e acredita que o respeito ao próximo e as atividades das suas operações andam de mãos dadas. Portanto, espera-se que todos os colaboradores e terceiros tenham um compromisso com a proteção aos Direitos Humanos e à dignidade humana, valores que já estão descritos em nosso Código de Conduta.

Como parte da estruturação do tema na Companhia, para atuar em conjunto com a Política de Sustentabilidade, em maio de 2022 entrou em vigor uma Política específica para o tema de Direitos Humanos, aprovada pelo Conselho de Administração e disponível publicamente no site - <http://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>, pautando sua atuação nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e, reafirmando sua responsabilidade e compromisso.

Dentre as diretrizes abordadas em tal Política, tem-se:

- Trabalho Forçado, Infantil e Tráfico de Pessoas;
- Liberdade de Associação e Negociação Coletiva;
- Não Discriminação;
- Saúde e Segurança;
- Condições de Trabalho;
- Canal de Ética;
- Canal de Relacionamento;
- Relacionamento com as Comunidades;
- Avaliação de Direitos Humanos;
- Due Dilligence;

A Rumo publicou em seu Relatório Anual de Sustentabilidade com ano de referência 2021 e também disponibilizou no site, os 10 compromissos assumidos com o desenvolvimento sustentável. Destes, 2 envolvem assuntos de evolução dentro de Direitos Humanos:

- Compromisso 3: Promover a diversidade de gênero nos processos seletivos e mapa de sucessão, além de desenvolver as pessoas continuamente. Nesse aspecto, tem-se o comprometimento em elevar o índice de satisfação do colaborador de 78%, em 2019, para 82%, até 2025;

- Compromisso 4: Difundir valores éticos entre todos do time e na cadeia de valor. Ademais, no termo de cláusulas e condições gerais para futuro e eventual

fornecimento de bens, serviços e locação, está descrito como obrigação da empresa contratada seguir os princípios de Direitos Humanos como a proibição de qualquer forma de intimidação e discriminação. Disponível em: <https://rumolog.com/wpcontent/uploads/2021/11/Termos-e-Condicoes-Gerais-de-Fornecimento-atual.-2021.pdf>

Implementação

Descrição de ações concretas para implementar políticas de Direitos Humanos, redução de riscos dos Direitos Humanos e resposta a violações dos Direitos Humanos.

Para corroborar com o Compromisso 3, houve um recrutamento inclusivo para diversas posições, além do fortalecimento do programa Respeito Importa, que abrange iniciativas relacionadas a Saúde, Diversidade e Compliance. Este último é abordado no que se refere a prevenção e combate a ocorrências de assédios moral e sexual e crimes de ódio no ambiente interno. Além disso, com o objetivo de contribuir com a saúde mental e equilíbrio no ambiente de trabalho, tem-se o programa opcional PraVC, que é 100% sigiloso e gratuito e disponibiliza assistência psicológica, financeira, jurídica e social para todos os colaboradores da Rumo e da Brado, bem como seus familiares.

Já para o Compromisso 4 houve o desenvolvimento de treinamentos e pílulas de Compliance disponibilizados no sistema interno de e-learning - POC, realização de treinamentos presenciais e por videoconferência para os gestores de diversas localidades e a disponibilização de comunicados orientativos relacionados ao Código de Conduta e Políticas internas.

A Rumo conta com um Canal de Ética que é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas ao cumprimento das Políticas e do Código de Conduta. Este pode ser acessado por meio do telefone ou site (<https://canaldeetica.com.br/cosan/>) e está disponível 24 horas por dia, exclusivamente para esse fim, sendo que é gerenciado por uma empresa terceirizada independente com a finalidade de garantir o anonimato do denunciante e o sigilo dos relatos, que são classificados e encaminhados às respectivas áreas para tratamento.

Com o objetivo de identificar os temas mais relevantes para os principais públicos da Companhia, houve revisão e reconstrução da matriz de materialidade de 2020, que foi realizada com consulta às partes interessadas internas e externas, de modo que os princípios de Direitos Humanos foram levantados junto com o tema de Gente e Diversidade, estando entre os principais temas materiais para o nosso Negócio. No próximo ciclo de reporte, haverá atualização de tal estudo.

Ademais, a Rumo apresenta 2 grandes programas para conscientização – Respeito Importa e Na Mão Certa. O primeiro engloba uma série de ações que contemplam todas as dimensões do tema de Diversidade e Inclusão, como:

- Reforço e encorajamento para uso do Canal de Ética;
- Conscientização sobre homofobia nos diálogos de segurança na operação;
- Conscientização da Alta Liderança sobre machismo estrutural e comportamentos machistas no ambiente de trabalho;
- Ampliação do recrutamento inclusivo;
- Fóruns de conscientização e sensibilização sobre diversidade para lideranças e fornecedores;
- Lives com fornecedores para levar temas sobre D&I;

- Conhecimento e respeito ao Código de Conduta da Rumo como condição obrigatória para homologação de fornecedores;
- Acolhimento a vítimas de violência doméstica, assédio e qualquer outro tipo de discriminação;

Já o segundo, conta com várias campanhas de conscientização com os funcionários, ressaltando a importância de denúncia de qualquer atividade suspeita de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

A fim de valorizar a presença feminina em nossas equipes e reforçar nossas iniciativas de diversidade, em 2021, A Rumo se tornou signatária da Women's Empowerment Principles (WEP) da ONU Mulheres, entidade que trabalha em prol da igualdade de direitos e do fortalecimento das mulheres. Tal participação permite a conexão às boas práticas mundiais no que se refere à equidade de gênero e materializa o compromisso com o tema.

Medição de resultados

Descrição de como a empresa monitora e avalia o desempenho.

Para aumentar o impacto social do programa Respeito Importa, que recebeu o Selo Sesi ODS, tal iniciativa foi estendida para os fornecedores da Companhia, através do programa Parceria em Movimento, com a adesão média de 140 participantes em cada live realizada.

Todas as denúncias recebidas pelo Canal de Ética foram tratadas pelo time de Controles Internos e investigadas com apoio das áreas relacionadas, conforme natureza da denúncia. Em 2021, o canal recebeu 618 queixas e comunicações, 100% tratadas, solucionadas ou consideradas como não procedentes.

Em relação ao diagnóstico socioambiental, foram realizadas no ano de 2021 uma série de reuniões com líderes comunitários, que têm por objetivo avaliar o impacto da Companhia e melhor compreender a relação das comunidades com a ferrovia, além de suas necessidades locais. A partir deste diagnóstico, a estratégia de engajamento com comunidades foi revisada para minimizar impactos negativos e potencializar os impactos positivos.

A disponibilização de comunicados orientativos relacionados ao Código de Conduta e Políticas internas ocasionou como resultado, mais de 90% de alcance de colaboradores treinados no Código de Conduta, mais de 100 gestores treinados acerca das regras de conduta e anticorrupção e alcance maior dos colaboradores com as divulgações de pílulas de Compliance via comunicação interna.

Além disso, as reuniões referentes aos grupos de trabalhos vinculados aos compromissos para a sustentabilidade reportam seu progresso periodicamente à diretoria. Até início de dezembro de 2021, das denúncias recebidas, aproximadamente 17% correspondem à assédio e aproximadamente 2% à discriminação, sendo todos direcionados, devidamente tratados e acompanhados.

Princípios do Trabalho

Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;

Princípio 4: a eliminação de todas as formas de trabalho forçado e compulsório;

Princípio 5: a abolição efetiva do trabalho infantil; e

Princípio 6: a eliminação da discriminação com relação a emprego e profissão.

Avaliação, Política e Metas

Descrição da relevância dos direitos no trabalho para a empresa (isto é, riscos e oportunidades relacionados aos direitos trabalhistas).

Descrição das políticas escritas, compromissos públicos e metas da empresa sobre direitos trabalhistas.

A Rumo é comprometida em cumprir com os Direitos Trabalhistas em todo seu âmbito de atuação e mantém um relacionamento ameno com sindicatos das categorias profissionais abrangidas pela sua atividade econômica, reconhecendo-os como os representantes legais e legítimos dos colaboradores para o encaminhamento de suas reivindicações, sendo que os mesmos têm a possibilidade de livre associação sindical, como disposto no Artigo 8º da Constituição Federal e informado no item 14.4 do formulário de referência.

A Companhia considera indispensável para o desenvolvimento saudável das relações com os sindicatos, o permanente respeito mútuo entre as partes e a lisura nos procedimentos, garantindo total imparcialidade, seja qual for a entidade sindical. Os Acordos e as Convenções Coletivas de Trabalho celebrados pelas entidades sindicais representam para a Companhia os instrumentos fundamentais a reger as relações de trabalho e suas disposições são integralmente cumpridas.

A empresa apresenta sua Política de Recursos Humanos como parte integrante da estratégia empresarial, visando assegurar: (i) remuneração em linha com o mercado; (ii) condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; e (iii) definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Em 2021, após a realização de uma pesquisa aplicada aos colaboradores relacionada aos benefícios existentes na Companhia, houve o lançamento da página “Tudo de Gente pra Gente” em sua rede interna, sendo que, a página traz informações importantes abordando os temas de - jornada de trabalho, pagamento, férias, rescisão, políticas e esclarecimento de dúvidas em relação aos benefícios. Também foram realizadas lives mensais proporcionando orientação de todos os benefícios disponibilizados para reconhecer o esforço dos colaboradores e apoiar a retenção de talentos.

Entre os benefícios adicionais aos determinados pela legislação, tem-se: seguro de vida, plano de saúde/odontológico, plano de previdência privada, plano de aquisição de ações, auxílio farmácia, cestas de Natal, kit de material escolar, Rumo + pontos e extensão dos direitos à licença parental. Além disso, durante o ano de 2020, institui-se uma política extraordinária de trabalho remoto definindo diretrizes para este regime de trabalho, de modo a garantir a saúde e qualidade de vida para os colaboradores que atuam em cargos compatíveis com a modalidade e, ao longo de 2021, houve a atualização de tais diretrizes adotando o novo modelo de trabalho para 2022.

Com relação aos fornecedores, a necessidade de assegurar os Direitos Trabalhistas está descrita tanto no Termo de Cláusulas e Condições Gerais para futuro e eventual fornecimento de bens, serviços e locação, bem como no Manual do Fornecedor. Ademais, no processo de homologação dos fornecedores, também existem cláusulas eliminatórias relacionadas ao Direito Trabalhista, sendo que os prestadores

de serviço passam por fiscalizações constantes, seja documentalmente ou em relação às instalações físicas.

A Rumo também conta com uma Política com diretrizes para garantir a Saúde e Segurança do colaborador, sendo que este é um assunto muito disseminado internamente, fazendo parte da cultura da empresa, tendo como prática antes do início de qualquer reunião, realizar o momento segurança, em que tópicos relevantes referentes ao período são expostos ou cuidados e lembrados.

Há também a Política das 7 Regras da Vida, que tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para assegurar um ambiente livre dos riscos de acidentes graves ou fatais, além de conscientizar os colaboradores e terceiros de que o cumprimento irrestrito das regras de segurança é obrigatório no ambiente ferroviário e de terminais, independente da posição ou área de atuação.

Diante disso, dentre os 10 compromissos voltados para o desenvolvimento sustentável assumidos pela Companhia, um deles apresenta a abordagem de zelar pela segurança dos times, processos e operações, com reflexo no índice LTIF - Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento, cuja média deve ser 0,15 até 2025.

Implementação

Descrição de ações concretas adotadas por sua empresa para implementação de políticas trabalhistas, redução de riscos trabalhistas e resposta a violações trabalhistas.

Saúde e Segurança fazem parte das diretrizes do DNA Rumo, na medida em que a letra “U” representa “Unidos pela Segurança”. Por isso, tem-se grande empenho através de ferramentas de prevenção, ações e iniciativas para que a segurança seja um valor em todas as áreas e níveis da Companhia, tanto para colaboradores próprios, quanto para terceiros. Houve também o desenvolvimento do Programa Rumo Zero Acidente, que contempla procedimentos e ferramentas para reduzir continuamente os acidentes na operação da Companhia, atuando de forma preventiva em todas as áreas, abrangendo 100% dos colaboradores próprios e terceiros. Ademais, para avaliar e identificar os riscos oriundos da operação, realizam-se os levantamentos anuais para compor o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e, por meio do documento Definição de Causas e Ações (DCA), realiza-se a investigação detalhada dos eventos, através do levantamento de informações de acidentes, cenários e simulados, para reforçar a análise das causas e a aprendizagem, evitando reincidências.

A partir dessas investigações, definiram-se os Índices de Vida (IDVs), com objetivo de verificar de maneira rápida, porém frequente, os cumprimentos das ações e demais itens críticos em cada processo ou atividade. Dessa forma, tem-se a certificação de que as ações definidas foram implantadas e continuam sendo praticadas com a disciplina, frequência e eficácia necessária para evitar novos acidentes. Além disso, avaliam-se continuamente as ações de bloqueio e prevenção de acidentes, gerando estratégias e campanhas de segurança para reforçar os cuidados, os riscos e as expectativas de atuação de todos os colaboradores, o que pode incluir investimentos em adequações físicas nas máquinas, equipamentos e ferramentas, de modo a priorizar a segurança.

Com o objetivo de estimular ações e a conscientização dos prestadores de serviços nas pautas de Diretos Trabalhistas, Segurança do Trabalho, Contato com Comunidades, Diversidade, Inclusão, Meio Ambiente e Governança, foi estipulado um

planejamento de inúmeras “lives” para o ano de 2022 e, para realizar a avaliação e verificação dos fornecedores em relação ao cumprimento dos Direitos Trabalhistas, mantém-se a realização da reunião do Comitê mensal em que a área de Suprimentos, junto com diversas áreas da Companhia, trata de casos críticos, sendo que, alguns critérios que estão em desacordo com os Direitos Trabalhistas são determinantes para rescisão do contrato.

Os colaboradores também são envolvidos no tema de Saúde e Segurança por meio de campanhas de conscientização para reforço dos DDSs - Diálogos de Segurança, pelos Paradões de Segurança e plataforma de treinamentos. Na plataforma POC, tem-se a gestão dos treinamentos próprios e comunicação interna com os colaboradores, em que são disseminados os conceitos, procedimentos, políticas e rotinas de segurança de forma proativa e, semanalmente é divulgado o Rumo News, um canal utilizado para conscientização, comunicação de resultados e orientações importantes aos colaboradores sobre Saúde e Segurança do trabalho.

Medição de resultados

Descrição de como a empresa monitora e avalia o desempenho.

Em 2021, os colaboradores da Rumo receberam mais de 115 mil horas de treinamentos em temas de segurança, em formato online ou presencial, incluindo reciclagens, integrações e formações. Para os terceiros, realizaram-se as integrações e treinamentos sobre os regulamentos operacionais no ato da mobilização, contabilizando mais de 27 mil terceiros treinados ao longo do ano, de forma 100% online.

Em 2021, manteve-se em 8 o número de casos de doenças reportáveis relacionadas ao trabalho e não houve registro de óbitos como resultado de problemas de saúde relacionados ao trabalho. Os principais tipos de problemas de saúde foram acidentes de trabalho e trajeto, osteomuscular e transtorno mental.

Em 2021, foram realizados treinamentos e capacitações referentes a Ergonomia, na área operacional e administrativa no sistema POC e também durante os Diálogos de Segurança (DDSs) e Blitz posturais e ergonômicas.

Nos meses de abril e maio de 2021, realizou-se a Campanha de Vacinação da Gripe, sendo que, na qual foram vacinados 3.610 colaboradores e foram realizadas comunicações/informativos com orientações e dúvidas sobre a vacinação, que ocorreu de forma simultânea com a da Covid-19. As comunicações também foram realizadas durante os DDSs e lives.

Ao longo do ano de 2021, foram realizados 14.011 testes de Covid-19, com uma cobertura de 88,67% dos colaboradores. Além disso, foram mantidos o monitoramento e mapeamento contínuo de casos, distribuição de máscaras, lives sobre o tema, Radar Saúde e o Comitê do COVID.

Portanto, todos os esforços para impulsionar a cultura de Segurança diminuíram significativamente a incidências de acidentes ao longo dos anos, haja vista que, a meta de manter o índice LTIF em 0,15 até 2025, permanece sendo atendida.

Princípios Ambientais

Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; Princípio 8: realizar iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e

Princípio 9: encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias que não agredem o meio ambiente.

Avaliação, Política e Metas

Descrição da relevância da proteção ambiental para a empresa (isto é, riscos e oportunidades ambientais).

Descrição das políticas, compromissos públicos e metas da empresa sobre proteção ambiental.

A Rumo possui a política Ambiental desde 2017, que apresenta 7 princípios:



Fonte: Política Ambiental - RUMO, 2017.

A política Ambiental, em conjunto com a de Sustentabilidade, ambas disponíveis publicamente no site - <http://ri.rumolog.com/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>, demonstram que a Companhia busca minimizar os impactos decorrentes de suas atividades e contribuir para a preservação dos recursos naturais, de modo a atender à legislação e com o objetivo de se tornar referência na gestão ambiental, atuando de maneira responsável e consciente, visando a redução de consumo e o uso sustentável dos recursos e dos serviços ecossistêmicos.

No quesito ambiental, a Rumo possui um procedimento de avaliação de aspectos e impactos ambientais e avalia suas unidades de apoio e terminais por meio de um Indicador de Desempenho Ambiental (IDA), desenvolvido internamente em 2019. Este indicador tem como objetivo orientar a gestão ambiental das Unidades e Terminais Operacionais para atendimento aos princípios da Política Ambiental da Companhia e legislações, além de buscar a melhoria contínua dos processos. Nessa mesma temática, atualmente, o IDA de Obras é uma das principais ferramentas para

mensuração da performance ambiental das empresas contratadas para execução de projetos.

A Rumo também realiza o reporte do Indicador Ambiental Ferroviário (IAF), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que tem a finalidade de medir o índice de desempenho ambiental para monitorar e acompanhar as concessionárias ferroviárias ao longo do tempo no que se refere à execução de ações sustentáveis que visam o desenvolvimento de empreendimentos atrelados à proteção do meio ambiente, auxiliando na tomada de decisão para formulação de políticas e implantação de programas ambientais.

O principal impacto ambiental da operação da Rumo pode ser causado em decorrência de eventuais acidentes ferroviários, que podem incorrer em tombamento de vagões e vazamento de cargas e combustíveis em cursos hídricos e no solo. Em 2021, foi registrada em redução de 11% nos acidentes com impacto ambiental, com relação a 2020.

Por conta disso, tem-se um Plano de Ação a Emergências estruturado que abrange todas as operações, de modo que a equipe de SOS atua de forma ágil e em conjunto com a equipe técnica ambiental no atendimento de acidentes, evitando a geração de passivos ambientais com necessidade de remediação.

Especificamente relacionado à resíduos, a empresa apresenta como metas de longo prazo para a Operação Sul, a redução de 15% na geração de resíduos Classe I até 2027. Ainda, em 2021 desenvolveu-se o projeto Greenbelt com foco em resíduos e efluentes buscando implementar melhorias de processos na gestão.

Implementação

Descrição de ações concretas para implementação de políticas ambientais, redução de riscos ambientais e resposta a incidentes ambientais.

Com o intuito de sensibilizar os colaboradores sobre a questão ambiental, por meio de sua plataforma online - POC, a Companhia disponibiliza treinamentos que abordam os temas da Política Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Licenciamento Ambiental, Transporte de Produtos Perigosos, entre outros.

Mensalmente, são realizadas auditorias nas quais são definidas as ações de melhorias junto aos responsáveis. As principais atividades realizadas ao longo do ano de 2021 foram atreladas as melhorias nas estações de tratamento de esgoto com a implementação de reuso de água tratada, melhoria na gestão de resíduos sólidos e na área de armazenamento de produtos perigosos.

Em 2021, foram entregues as centrais de resíduos das unidades de São José do Rio Preto, Araraquara e Usina de Trilhos de Bauru. As centrais contam com painéis solares, sistema de captação de água de chuva, sistema de contenção e a empresa também buscou desenvolver composteiras para resíduos orgânicos. Com o objetivo de alongar o ciclo de vida dos materiais gerados nas manutenções de via permanente, como trilhos e dormentes, além de reduzir o desperdício e a utilização de recursos naturais, garantindo benefícios ambientais e financeiros, houve a priorização de reaproveitamos por meio da reutilização ou destinação desses materiais para reciclagem.

No último ano, foram realizadas ações para a gestão e economia de água, como as mudanças no processo de desgaseificação de tanques de diesel para a manutenção de 14 locomotivas, o aproveitamento da água de chuva para lavagem de locomotivas

na sede em Curitiba (PR), a instalação de aeradores junto as torneiras para redução da vazão e do consumo de água e a captação de água de condensação dos equipamentos de ar-condicionado para jardinagem e lavagem de áreas comuns.

Em 2021 também houve a implementação do uso de QR Code em canteiros de obras de expansão, com o objetivo de disponibilizar informações sobre licenças, autorizações e procedimentos ambientais. A adoção da alternativa tecnológica, ocasionou redução do uso de papel, impressões e resíduos sólidos, além da maior flexibilidade e agilidade no acesso a informações e organização de documentos.

A Companhia apresenta o compromisso de proteger a biodiversidade, os ecossistemas e os recursos naturais e, para isso, desenvolve uma série de parcerias com Unidades de Conservação do entorno da operação, no sentido de conservar as áreas preservadas e recuperar as áreas degradadas. As Unidades de Conservação com as quais tem-se a parceria fazem parte do Programa de Flora, que é voltado para o controle da vegetação invasora e trabalha diversas frentes para o levantamento, mitigação e erradicação de espécies vegetais exóticas presentes nessas áreas de relevância ecológica.

A operação da ferrovia e o fluxo de composições também podem levar a uma redução da biodiversidade, em função dos atropelamentos de fauna. Por esse motivo, a adoção de medidas que visem a mitigação dos impactos, tanto da fragmentação do habitat, quando da redução dos atropelamentos de fauna, são essenciais para conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a Rumo conta com programas e subprogramas de proteção à fauna, em atendimento à legislação, entre eles - Resgate e Afugentamento de Fauna, Monitoramento de Fauna, Monitoramento de Passagens de Fauna e Monitoramento e Mitigação dos Atropelamentos de Fauna.

Em relação à eficiência energética da operação, que impacta diretamente na emissão de gases de efeito estufa, em 2021, implementou-se o Trip Optimizer, um sistema de condução semiautônoma do trem, que tem como objetivo a economia de diesel, redução de poluentes e realizar uma condução mais segura do trem e, para 2022, tal sistema também estará presente na malha Central. Em 2021, foram concluídas todas as adequações para a circulação de 100% dos trens de 120 vagões no fluxo de exportação.

Houve a adaptação de um rebocador elétrico com baixa utilização na Oficina de Araucária, para realizar as pequenas movimentações sobre a linha, que antes eram feitas por locomotivas, ocasionando menor consumo de diesel e, além disso, tem-se o Positive Train Control 2.0 (PTC 2.0), que conta com um novo sistema de controle e monitoramento de tráfego que possibilita que os trens circulem de forma otimizada e com elevado nível de segurança, proporcionando ganhos de tempo e redução de poluentes.

Medição de resultados

Descrição de como a empresa monitora e avalia o desempenho ambiental.

Com o objetivo de sensibilizar e conscientizar os colaboradores para as questões ambientais, um treinamento online sobre o gerenciamento de resíduos sólidos foi disponibilizado no sistema POC como obrigatório e apenas em 2021, foram 4.505 treinamentos concluídos. Também em 2021, 16.415 colaboradores realizaram os treinamentos online sobre as temáticas de meio ambiente, além dos DDS realizados

com as equipes.

A partir das ações para a gestão e economia de água, com a mudança no processo desgaseificação de tanques de diesel para a manutenção em 14 locomotivas, houve uma economia 42 mil litros de água, 300 litros de sabão e uma redução de tempo de reparo em 14,5 horas.

Sobre o Índice de Desempenho Ambiental da Rumo, em 2021, foram registrados 89 pontos no IDA de Operações (em uma pontuação que vai de 0 a 100), superando a meta de 86 no ano. Por sua vez, o IDA de Obras, implementado a partir de junho, atingiu 83 pontos, ultrapassando a meta de 80. Já sobre o IAF da ANTT, houve uma evolução de 0,52 pontos para 0,80 (em uma pontuação que vai de 0,00 a 1,00).

Em relação à biodiversidade, tem-se o inventário florestal, focado nas espécies exóticas arbóreas, arbustivas e herbáceas, por meio do qual busca-se controlar essas espécies e reduzir a pressão ambiental que causam sobre a regeneração de ambientes naturais e seus ciclos ecológicos. A Companhia apresenta como meta a erradicação em uma década das espécies exóticas inventariadas na faixa de domínio que se sobrepõem às Unidades de Conservação, sendo que, em 2021, foram inventariadas e iniciou-se o controle de 66 árvores na Malha Paulista e 212 na Malha Sul, dentre elas, as principais espécies são Pinus e Eucaliptos, que mais degradam o ambiente natural.

A temática de emissões conta com o Compromisso 2 de promover e estimular a eficiência energética, buscando mitigar os impactos nas mudanças climáticas e reduzir em 15% as emissões por TKU até 2023, com base em 2019. Tal meta apresentou como resultado, considerando os dois primeiros anos, 12,8% de redução. Ademais, a Companhia também apresenta uma outra meta de reduzir em 21% as emissões específicas até 2030, tendo 2020 como ano base e obteve 3,8% de redução no primeiro ano.

No último ano, houve uma redução de 11% nos acidentes com impacto ambiental, em relação a 2020. Além disso, tem-se a atuação da Companhia em passivos ambientais originários de acidentes do passado, realizando esforços e investimentos em ações de remediação ambiental, visando eliminar os riscos que possam causar ao meio ambiente e comunidade.

Em janeiro de 2021, a Rumo realizou sua adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), associação que promove o desenvolvimento sustentável nas empresas que atuam no Brasil, por meio da articulação junto aos governos e à sociedade civil. Tal adesão possibilitou a participação da empresa nas câmaras temáticas de água, biodiversidade e biotecnologia, energia e mudança do clima, entre outros.

Princípios Anticorrupção

Princípio 10: As empresas devem trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Avaliação, Política e Metas

A descrição da relevância da postura anticorrupção para a empresa (isto é, avaliação de riscos da postura anticorrupção). Descrição de políticas, compromissos públicos e metas da empresa acerca da postura anticorrupção.

A Companhia possui em seu Código de Conduta valores para o combate à corrupção. Além disso, também possui políticas escritas, aplicáveis ao Grupo ao qual pertence, com a obrigação de conduzir os negócios com integridade, por meio de condutas éticas, transparentes, honestas e legítimas. As políticas existentes são:

- Política Anticorrupção - visa estabelecer as diretrizes que devem ser seguidas pelos colaboradores e terceiros para atendimento às Leis Anticorrupção nacionais e internacionais;
- Política Antitruste - visa estabelecer regras e diretrizes para cumprimento irrestrito da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e à livre concorrência (“Lei de Defesa da Concorrência” ou simplesmente “Lei Antitruste”);
- Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses - visa estabelecer as diretrizes e consolidar os procedimentos a serem observados pela Rumo para a realização de Transações entre Partes Relacionadas e para hipóteses de potenciais Conflito de Interesses, o que assegurará aos negócios da Companhia competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. Tal Política fornece instruções adicionais, em apoio aos princípios estabelecidos em seu Código de Conduta;
- Política de Contribuições e Doações - visa estabelecer as diretrizes e procedimentos para a realização de doações e patrocínios que envolvam a transferência de bens imóveis, móveis integrantes do patrimônio da Rumo e suas controladas, inclusive valores monetários ou ainda serviços da Companhia, de modo a garantir que as doações e patrocínios sejam realizados com transparência, integridade e legalidade;
- Política de Relacionamento com Órgãos Públicos - visa a estabelecer regras e diretrizes que devem guiar a conduta ética dos colaboradores e terceiros no relacionamento com o Poder Público e com Agentes Públicos, brasileiros ou estrangeiros, em conformidade com as Leis Anticorrupção;

A Rumo é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos, cujo objetivo é de unir as empresas para promover um mercado mais íntegro e ético, assim como erradicar o suborno e a corrupção.

Implementação

Descrição de ações concretas para implementação de políticas anticorrupção, redução de riscos anticorrupção e resposta a incidentes.

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas relacionadas à prevenção, detecção e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, de forma a obedecer à legislação e regulamentações aplicáveis. Foram estabelecidas diretrizes de comportamento, pautadas pelo Programa Anticorrupção, a Política Antitruste e a Política de Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse e, além disso, tem-se também o apoio de Controles Internos e Compliance Jurídico e auditorias interna/externa, que se reportam ao Comitê de Auditoria Estatutário.

A Rumo tem estruturas próprias e dedicadas aos temas de Controles Internos e Compliance Jurídico, com o intuito de manter um ambiente de controle eficaz visando completo atendimento aos requerimentos e boas práticas de mercado. O Conselho de

Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas, desempenhando atividades relativas ao gerenciamento de riscos e de controles internos de acordo com as suas respectivas funções.

Para gerenciamento de riscos, tem-se a atuação das áreas de Auditoria Interna e Riscos e do Comitê de Compliance, todas do controlador da Companhia (Cosan), que atuam de forma corporativa e em benefício de todas subsidiárias. Além disso, tem-se instituídas em sua estrutura as áreas de Controles Internos, Compliance Jurídico e o Comitê de Ética da Companhia, que seguem as diretrizes do Programa de Compliance adotado pelo controlador. Conta-se também com um Comitê de Auditoria Estatutário.

O Comitê de Ética é composto pelo Diretor Presidente, Diretor Executivo Jurídico, Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e Diretora de Gente, ESG, PPF e Comunicação, além da participação de representantes da Controladoria, Controles Internos e do Compliance Jurídico da Companhia. O órgão tem, dentre outras atribuições, o dever de analisar eventuais incidentes comportamentais, fraudes operacionais e desvios financeiros materialmente relevantes. Tal Comitê é indiretamente gerido pela área de Controles Internos, que promove uma cadeia de reportes sequenciados entre os Comitês de Ética, Compliance Corporativo da controladora da Companhia (Cosan), Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho de Administração da Companhia.

Já o Comitê de Compliance Corporativo da controladora delibera sobre a solução de eventuais denúncias relativas a atos de corrupção, suborno, fraudes fiscais e contábeis e desvios financeiros materialmente relevantes para a Companhia. Ademais, tem o dever de reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia os relatos de alta criticidade apurados pelo Comitê de Ética.

A Rumo implementou diversos controles que impedem a materialização de operações suspeitas. Todas as compras, pagamentos e reembolsos são realizados por meio da abertura de chamados em ferramentas tecnológicas que exigem comprovantes de transações e passam por aprovações conforme Manual de Delegação de Autoridade, supervisionado pela área de Controles Internos e auditado interna e externamente.

Para garantir um resultado adequado no combate à corrupção, a área de Compliance possui processos robustos que instituem procedimentos de Due Diligence. O processo envolve estudo, análise e avaliação detalhada de informações de terceiros e análise de situações, tais como COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), PEP (Pessoas Expostas Politicamente), cumprimento da lei de PLD (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) e oferta de treinamentos obrigatórios para o grupo.

Medição de resultados

Descrição de como a empresa monitora e avalia o desempenho da postura anticorrupção.

Em 2021, o número total de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção foi de 192.139, sendo que a 100% das operações foram abrangidas. Além disso, tem-se a continuidade do Programa de treinamentos online em Compliance iniciado em 2020, em que os colaboradores são comunicados sobre as Políticas e Procedimentos Anticorrupção, de acordo com o nível funcional.

No último ano, foi identificado um caso em que um colaborador favoreceu um fornecedor em alguns processos de contratação. Portanto, como resposta, houve o desligamento e o bloqueio do fornecedor.

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil. Outras formas de assinatura eletrônica podem ter sido utilizadas e aceitas pelas partes.

Data de emissão do Protocolo: 07/12/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento	Meio Ambiente e Sustentabilidade
Referência Contrato	Assinatura Relatório_Pacto Global
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	05/12/2022
Validade	05/12/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento	813215AD157BD43A7289CB70BD2CC71E5750457204E9A892BF14D093B3CA6D07

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Contratantes
Relacionamento	02.387.241/0001-60 - RUMO S.A.
Representante	CPF
João Alberto Fernandez de Abreu	006.334.767-90
Ação:	Assinado em 06/12/2022 06:28:53 com o certificado ICP-Brasil Serial - 763F2207276CEBE0 IP: 172.70.55.79
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/107.0.0.0 Safari/537.36
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Normal

Enquanto estiver armazenado no Portal, a autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **GRVXQ-4ORUT-DCHVC-NCRMJ**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://verificador.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://www.documentoeletronico.com.br/procelectronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://verificador.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://verificador.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.